



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



<b>Processo nº</b>	15954.000191/2008-73
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2001-001.545 – 2ª Seção de Julgamento / 1ª Turma Extraordinária</b>
<b>Sessão de</b>	18 de dezembro de 2019
<b>Recorrente</b>	GILBERTO ROSEIRO
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Exercício: 2006

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. PRECLUSÃO.

Considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada, não podendo a autoridade julgadora dela conhecer, salvo nos casos expressamente previstos em lei.

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS. PREVIDÊNCIA PRIVADA.**

São tributáveis os rendimentos provenientes dos benefícios recebidos de entidades de previdência privada, bem como as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições.

**TAXA SELIC. APlicabilidade.**

A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários Administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

**MULTA DE OFÍCIO. APlicabilidade.**

É cabível, por expressa disposição legal, a imposição de multa de ofício, sobre o valor do imposto apurado em procedimento de ofício, que deverá ser exigida juntamente com o imposto não pago espontaneamente pelo contribuinte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Honório Albuquerque de Brito - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Rocha Paura - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Honório Albuquerque de Brito (Presidente), André Luís Ulrich Pinto e Marcelo Rocha Paura.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra o Acórdão nº 17-43.565, proferido pela 3<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em São Paulo II (SP) DRJ/SP2 (e-fls. 146/154) que **manteve parcialmente** a notificação de lançamento nº 2006/608450091224015 (e-fls. 47/55).

Abaixo, resumo do relatório do Acórdão da instância de piso:

A autuação decorreu de trabalho de revisão de Declaração, tendo sido constatadas as seguintes infrações, por falta de atendimento à intimação fiscal:

**a) Omissão de rendimentos de aluguéis recebidos de pessoas físicas**, no valor de R\$ 36.016,31, conforme informação em Dimob;

**b) Omissão de rendimentos do trabalho com e/ou sem vínculo empregatício**, referentes As fontes pagadoras:

- Instituto de Previdência dos Municipários de Ribeirão Preto, CNPJ 00.118.735/0001-14, no valor de R\$ 45.907,56;

- Fundação Sabesp de Seguridade Social — SabespPrev, CNPJ 65.471.914/0001-86, no valor de R\$ 124,00;

c) Omissão de rendimentos de aluguéis, referentes As fontes pagadoras:

- Restaurante e Pizzaria Nossa Lar Ltda., CNPJ 05.112.592/0001-57, no valor de R\$ 62.744,64;

- R. G. W. Indústria e Comércio Ltda., CNPJ 62.698.154/0001-56, no valor de R\$ 11.810,96;

d) Omissão de rendimentos recebidos a título de resgate de contribuições previdênciaria privada, no valor de R\$ 12.000,00 referente à fonte pagadora Bradesco Vida e Previdência S/A;

e) Compensação indevida de Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$ 6.136,53, referente à fonte pagadora Ribeirão Preto Prefeitura Municipal;

f) Dedução indevida de Previdência Oficial, no valor de R\$ 3.355,28;

g) foi incluído o valor total de R\$ 19.607,13, referente a Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos omitidos, como demonstrado às fls. 43/45.

Irresignado, o sujeito passivo apresenta sua impugnação de fls. 01/18, trazendo os seguintes argumentos:

a) os rendimentos de aluguéis recebidos de pessoas jurídicas foram oferecidos A tributação na Declaração de Ajuste Anual de sua esposa, Sra. Marilena Porto Viana Roseiro, CPF 743.037.678-91, por se referirem a bens do casal;

b) no que tange A omissão de rendimentos a título de resgate A contribuições previdência privada, aduz que a responsabilidade pelo recolhimento do imposto é da fonte pagadora;

c) com efeito, recebeu tais rendimentos, não podendo ser responsabilizado pelo pagamento de multa e de juros, na medida em que não contribuiu para eventual atraso quanto ao recolhimento, devendo, na pior das hipóteses, ser responsabilizado apenas pelo pagamento do principal;

d) com relação à compensação indevida de Imposto de Renda Retido na Fonte, informa que os valores recebidos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, de R\$ 45.907,56, foram objeto de retenção de imposto de renda na fonte pelo valor de R\$ 6.136,53, conforme informe de fl. 34;

e) não procede também a glosa da dedução de contribuição à Previdência Oficial, juntando, para efeito de comprovação, os documentos de fls. 34/38;

f) discorda da cobrança dos juros de mora com base na taxa Selic;

g) o valor da multa de ofício é de evidente irrazoabilidade e confisco.

Consta do voto da relatoria de piso, especialmente o seguinte:

Inicialmente, cabe informar que o sujeito passivo não se insurge contra as infrações de omissão de rendimentos de aluguéis recebidos de pessoas físicas, no valor de R\$ 36.016,31, e de omissão de rendimentos recebidos da Fundação Sabesp de Seguridade Social —SabespPrev, CNPJ 65.471.914/0001-86, no valor de R\$ 124,00; motivo pela qual tais matérias não serão objeto de análise no presente Voto.

(...)

Sobre os rendimentos de resgate de contribuições à previdência privada, pagos pelo Bradesco Vida e Previdência S/A; há de se informar que, embora tenha havido a retenção de imposto de renda na fonte, por serem tributáveis, devem ser informados no ajuste anual, com base no que dispõe o art. 43, XIV do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 —Regulamento do Imposto de Renda — RIR 1999.

Cabe esclarecer que é isento de imposto de renda o valor do resgate de contribuições de previdência privada efetuado a partir de 01/01/1996, bem como a respectiva atualização monetária, que corresponder às parcelas de contribuições efetuadas no período de 01/01/1989 a 31/12/1995, cujo ônus tenha sido da pessoa física, recebidos por ocasião de seu desligamento do plano de benefícios da entidade; o que não se aplica ao presente caso.

(...)

Acerca da contestação da multa de ofício, equivoca-se o litigante ao considerá-la abusiva, representativa de confisco, e distante da razoabilidade, da proporcionalidade e da legalidade.

17. A multa de ofício de 75% deve acompanhar os tributos exigidos mediante lançamento de ofício, sendo que sua previsão legal encontra-se disciplinada no art. 44, I, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a seguir transcrita:

(...)

Assim, portanto, os percentuais aplicados a título de multas de ofício, exigíveis em lançamentos efetuados pela autoridade fiscal, são exatamente os determinados expressamente na legislação.

19. Quanto à exigência dos juros de mora, também não cabe razão ao autuado, pois o artigo 161 do Código Tributário Nacional determina:

(...)

Sabe-se que a exigência dos juros de mora com base na taxa Selic tem amparo legal no artigo 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995 e no artigo 61, § 3º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, este último dispositivo consignado nos demonstrativos integrantes do auto de infração.

O art. 161, § 1º do Código Tributário Nacional (CTN) dispõe de forma clara que "*se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora serão calculados à taxa de um por cento ao mês*". Portanto, quando a lei dispõe, não há qualquer impedimento para a aplicação de taxas superiores.

Com referência à alegação de confisco, ressalte-se que a vedação do art. 150, IV da Constituição Federal dirige-se ao legislador com o intuito de impedir a instituição de tributo que tenha em seu conteúdo aspectos ameaçadores à propriedade ou à renda tributada, mediante, por exemplo, a aplicação de alíquotas muito elevadas. Portanto, a observância desse princípio relaciona-se com o momento de instituição do tributo ou de determinação da multa a ser aplicada no caso de falta de recolhimento.

Conclui-se que, uma vez vencida a etapa da sua criação, não configura confisco a aplicação da lei tributária, até mesmo porque o princípio mencionado é dirigido ao legislador e orienta a feitura da lei, que deve observar a capacidade contributiva.

Em seu recurso administrativo, (fls. 158/175), o recorrente, quanto ao mérito, se insurge contrariamente à omissão de rendimentos de aluguéis recebidos de pessoa física e repisa os argumentos expostos em sua peça impugnatória, em relação aos demais pontos não reconhecidos pela instância anterior.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Marcelo Rocha Paura, Relator.

### **Admissibilidade**

O recurso é tempestivo e atende aos demais pressupostos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço e passo à sua análise.

### **Delimitação do Recurso Voluntário**

As matérias suscitadas pelo Recurso Voluntário *são as omissões de rendimentos de aluguéis recebidos de pessoa física no valor de R\$ 36.016,31 e a título de resgate de contribuições à previdência privada no valor de R\$ 12.000,00.*

## Mérito

### **Da omissão de rendimentos de aluguéis recebidos de pessoas físicas**

Alega que todos os rendimentos recebidos por pessoa física foram objeto de declaração, porém na pessoa da esposa do recorrente, a qual mantém matrimônio sobre o regime de comunhão de bens.

O Relatório da DRJ fez a seguinte observação sobre esta matéria:

Inicialmente, cabe informar que o sujeito passivo não se insurge contra as infrações de omissão de rendimentos de aluguéis recebidos de pessoas físicas, no valor de R\$ 36.016,31, e de omissão de rendimentos recebidos da Fundação Sabesp de Seguridade Social —SabespPrev, CNPJ 65.471.914/0001-86, no valor de R\$ 124,00; motivo pela qual tais matérias não serão objeto de análise no presente Voto. (grifei)

Trata-se, portanto, de matéria não impugnada. Sobre o assunto, convém reproduzir o inciso III do art. 16 do Decreto nº 70.235/72 que estabelece:

(...)

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir; (Redação dada pela Lei nº 8.748, de 1993)

(...)

Por seu turno, o art. 17 do mesmo diploma legal é no sentido de que será considerada não impugnada a matéria que não tenha sido objeto de contestação quando da apresentação da peça impugnatória:

Art. 17. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

Ademais, o art. 141 do Código de Processo Civil, norma de aplicação supletiva e subsidiária ao processo administrativo, estabelece que julgadores devem decidir nos limites da lide, sendo-lhes defeso conhecer de questões cuja lei exige iniciativa do litigante, *in verbis*:

Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.

Isto posto, *considerando a incidência de preclusão, deixamos de analisar o mérito deste ponto na peça recursal.*

### **Da omissão de rendimentos a título de resgate de contribuições à previdência privada**

Alega que o lançamento é ilegal, na medida em que a responsabilidade pelo seu recolhimento é da fonte pagadora, posto a lei determinar expressamente a tributação exclusiva na

fonte dos rendimentos desta natureza. Considera que por ter havido retenção na fonte não haveria margem para exigência de tributos sobre estes rendimentos.

De acordo com o inciso XIV do art. 43 do Decreto n.º 3.000/99 são tributáveis os rendimentos recebidos de entidades de previdência privada.

Art. 43. São tributáveis os rendimentos provenientes do trabalho assalariado, as remunerações por trabalho prestado no exercício de empregos, cargos e funções, e quaisquer proventos ou vantagens percebidos, tais como:

(...)

XIV - os benefícios recebidos de entidades de previdência privada, bem como as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições, observado o disposto no art. 39, XXXVIII (Lei n.º 9.250, de 1995, art. 33);

Diferentemente do alegado pelo recorrente, tais rendimentos não estão sujeitos à tributação exclusiva na fonte, tampouco o fato de haver retenção de imposto, pela fonte pagadora, desobriga o beneficiário de oferecê-los em sua Declaração Anual de Ajuste (DAA).

Portanto ***não assiste razão ao interessado***, neste ponto.

### **Dos juros Selic aplicados**

Sem adentrar nos argumentos expendidos pelo interessado referente a este tema, informamos que o assunto é objeto da Súmula n.º 4 deste Conselho:

A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

### **Da Multa Confiscatória Aplicada**

Alega que a multa ofende aos princípios da razoabilidade ou proporcionalidade e proibição do confisco. Por fim, solicita o cancelamento da mesma.

Tais argumentos não encontram respaldo legal para serem atendidos, ademais, não custa lembrar que a citada multa decorre da aplicação do artigo 44 da Lei 9430/96, nos casos de ocorrência de lançamento de ofício, in verbis:

Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas:

I - de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata;

Portanto, ***não há reparos a serem feitos*** em relação aos juros moratórios e a multa de ofício aplicados na presente autuação.

Ante o exposto, ***conheço*** do Recurso Voluntário e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO.**

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Rocha Paura